

PROJETO PEDAGÓGICO: CONSIDERAÇÕES
NECESSÁRIAS À SUA CONSTRUÇÃO

Célia Maria Guimarães¹
Fátima Aparecida D. G. Marin²

Resumo: *A concepção, execução e avaliação de um Projeto Pedagógico³ concebido como referencial para o trabalho em uma dada Instituição Escolar/Curso deve ser produção dos profissionais que atuam nestes âmbitos. Esta restrição é consequência de o Projeto Pedagógico resultar das especificidades de uma dada realidade e das diferentes concepções de mundo, de sociedade, de homem e de educação dos profissionais que nela atuam. A identificação dos problemas a serem resolvidos, das possibilidades de intervenção e transformação da realidade são inerentes ao contexto vivenciado, não existindo regras estabelecidas "a priori", mas referenciais que podem subsidiar um comprometimento teórico e prático dos profissionais, colaborando para um envolvimento competente e condizente com o perfil do profissional/aluno que se*

¹ Pedagoga; Professora Assistente do Departamento de Educação (área de Didática) da FCT/UNESP-Presidente Prudente; Mestre em Educação pela FFC/UNESP-Marília/SP e Doutoranda neste mesmo Curso de Pós-Graduação.

² Geógrafa; Professora Assistente do Departamento de Educação (área de Prática de Ensino) da FCT/UNESP-Presidente Prudente; Mestre em Educação pela FFC/UNESP-Marília/SP e Doutoranda neste mesmo Curso de Pós-Graduação.

³ No decorrer do texto sempre que nos referirmos ao Projeto Pedagógico estaremos tratando da sua elaboração para Instituição Escolar/Curso.

pretende formar e com a identidade da Instituição Escolar/Curso que se propõe construir.

Abstract: *The conception, execution and evaluation of a Pedagogical Project, conceived as a frame reference to the work in a given College/School/Course, are up to the professionals that work in these scopes. This restriction is due to the fact that the Pedagogical Project is a result of circumstances that are specific of each given reality and of these professionals' conceptions of the world, man, society and education. Identifying the problems that are to solved, the possibilites of interfering in reality and changing it are tasks inferent to the lived context, so there are no "a priori" rules, but just frames of reference that can subsidize the professionals' theoretical and practical commitment, collaborating for a competent involvement, suitable to and agreeing with the profile of the student/pupil/professional which one intends to form and the identity of the College/School/ Course that one wishes to build.*

Palavras-chave: *Projeto Pedagógico; Instituição Escolar; Curso.*

O contexto atual institucionaliza uma maior autonomia para as Instituições Escolares.

Sem pretender discutir a questão polêmica que representa em termos positivos e negativos as recentes medidas "descentralizadoras" tomadas no país e o papel a ser desempenhado nos âmbitos federais, estaduais e municipais da educação em função destas medidas, é certo que elas, de certa maneira, "incentivam" as Instituições Escolares a assumirem tarefas que já eram ou que passaram a ser da sua competência, entre elas a de elaborar, executar e avaliar o Projeto Pedagógico.

O atual processo de descentralização que se caracteriza

entre outros aspectos, pela ênfase da autonomia por parte das Instituições Escolares, traz no seu bojo a defesa dos ideais democráticos porque oportuniza que decisões sejam deliberadas e assumidas pelo coletivo da Instituição Escolar de acordo com seus limites e (im)possibilidades. Não obstante, a consolidação do processo democrático requer a educação dos sujeitos para participação consciente e responsável, o comprometimento técnico e político dos profissionais da escola, afim de assegurar a autonomia visando a melhoria da qualidade do ensino, das condições de trabalho etc.

No tocante à conquista da autonomia pela Instituição Escolar é a construção do Projeto Pedagógico de fundamental importância, visto que ele confere significado às ações educativas exercidas de acordo com a identidade da Instituição Escolar estabelecida coletivamente. Para tanto, é essencial “o saber fazer”, o decidir coletivamente o que se quer, para onde, como e porquê ir, tendo em vista o perfil de aluno/profissional que se pretende formar.

Neste texto não pretendemos estabelecer o perfil ideal de aluno/profissional, mas enfatizar que a sua definição pelos envolvidos na construção do Projeto Pedagógico, embora polêmica, é crucial, pois norteará a ação educativa, determinando a finalidade da Instituição Escolar/Curso.

Parece-nos inviável prescrever para realidades singulares um perfil único de aluno/profissional a ser formado. A legitimidade do processo de definição do perfil concretiza-se por intermédio da ação participativa dos sujeitos de uma dada realidade educacional.

A redefinição dos papéis da escola e dos seus profissionais e o fortalecimento do coletivo, são imprescindíveis para a consolidação da autonomia da Instituição Escolar e alcance dos objetivos propostos no Projeto Pedagógico.

Não obstante, sabemos das dificuldades geralmente encontradas ao se pleitear um trabalho coletivo. Conduto, o Projeto Pedagógico não é viável sem o fortalecimento do coletivo. A concepção de coletivo adotado no texto não implica unanimidade

de opiniões, o que seria “utópico”, mas a aceitação da diversidade de opiniões, a compreensão das diferenças, da pluralidade, tendo em vista os objetivos comuns estabelecidos.

Neste sentido, o texto pretende evidenciar a relevância do Projeto Pedagógico, identificar suas finalidades, os seus elementos constituintes, sua formalização e operacionalização, fundamentadas em conhecimentos já elaborados sobre o tema. Para tanto, neste texto teceremos considerações sobre:

- Conceito e finalidades do Projeto Pedagógico;
- O trabalho coletivo: importância e (im) possibilidades da ação cooperativa;
- A formalização do Projeto Pedagógico;
- O diagnóstico da realidade escolar;
- O perfil de profissional/aluno que se quer formar
- Os componentes curriculares;
- A estrutura curricular: Currículo; Ementa; Objetivos; Conteúdo; Metodologia de ensino; Avaliação; Bibliografia.
- Projeto Pedagógico, Plano de Ensino e Plano de Aula: especificidades e inter-relações necessárias.

Conceito e finalidades do Projeto Pedagógico

Conceituar projeto pedagógico ou educativo significa entendê-lo como sendo o plano de ação que abrange a Instituição Escolar/Curso e a compromete com a elaboração de uma proposta educativa conjunta rumo ao futuro. O Projeto Pedagógico tem como característica a qualidade de explicitar o que existe, comprometer os envolvidos com a superação do atual estado de coisas com vistas à realidade futura.

Concebido deste modo, o Projeto Pedagógico concretiza a necessidade de conhecer amplamente a realidade existente através do diagnóstico e análise, de estabelecer objetivos comuns, caminhos e etapas para sua operacionalização, de divisão de tarefas entre os envolvidos e de avaliação contínua do processo e dos resultados alcançados.

O Projeto Pedagógico “pode” ser a sistematização de um

trabalho participativo (coletivo e cooperativo) que define o tipo de ação educativa que a instituição desenvolverá sem tornar-se definitivo, pois as ações dos sujeitos farão emergir necessidades e novas exigências que deverão ser consideradas. É elemento teórico-metodológico capaz de transformar a instituição e os profissionais nela atuantes. (VASCONCELOS, 1995).

Podemos dizer que o Projeto Pedagógico é a efetivação formal da decisão intencional e conjunta da instituição tomar em suas mãos o processo de decisão, de execução e de avaliação da ação educativa a ser empreendida com base em posições teórico-práticas, metodológicas, didáticas, técnicas e político-sociais e éticas definidas e assumidas livre e intencionalmente.

A concepção teórica e prática dos educadores de como proceder é permeada pela visão de homem, de mundo e de sociedade que lhes é peculiar, em função das suas experiências. Neste sentido, de acordo com a sua formação, todo profissional tem uma leitura de mundo que orienta a sua ação e define o seu compromisso em relação ao tipo de homem que pretende formar, considerando as possibilidades e limites da educação escolar e da sua realidade específica. Admitir a existência da neutralidade na construção de um Projeto Pedagógico é negar que o profissional tem opiniões próprias sobre questões técnicas, políticas, culturais, econômicas e éticas, etc.

A situação em que o profissional, após avaliar a realidade, se acomoda a ela sem propor alternativas de melhoria, indica que a sua concepção técnica e política contribui para a conservação da sociedade como está. Trata-se de uma concepção que negligencia o fato da realidade ser dinâmica e exigir novas posturas, em função do interesse particular em manter a estrutura vigente.

A situação oposta, em que o educador considera a realidade como sendo dinâmica, estando comprometido técnica e politicamente com a sua transformação, exige a construção de caminhos em relação a convergência do perfil à sociedade que se quer construir, sendo o Projeto Pedagógico um importante instrumento para o alcance deste propósito. Contudo, a escola é

determinada pela sociedade não sendo possível à escola, isoladamente, o papel de transformá-la.

O Projeto Pedagógico tem por finalidade orientar a ação do grupo de profissionais do ensino de uma Instituição Escolar/Curso, permitir a crítica da realidade atual e fornecer o referencial para avaliar o processo de execução do trabalho transformador nele proposto. Ele é o referencial teórico-prático para o que cada professor proporá em seu ensino, não reduzindo mais o planejamento semestral ou anual ao preenchimento de formulários e os planos de aulas em textos sem finalidade e sentido para a prática educativa do docente.

Tendo em vista o perfil de aluno/profissional que se pretende formar, o Projeto Pedagógico é uma ação em processo, que não está pronta e acabada, mas precisa considerar as interferências, contradições, ajustes e complementações necessárias.

A definição das diferentes partes constitutivas do Projeto não significa que o mesmo esteja pronto. Como qualquer previsão de futuro, o Projeto Pedagógico ao ser elaborado está sujeito a imprevistos e, portanto, suscetível à alterações. Neste caso, a avaliação em processo e em momentos formalmente planejados e efetivados pelos sujeitos envolvidos pode contribuir para a revisão do Projeto Pedagógico. A sua superação não deverá ser aleatória, mas, sobretudo, determinante dos novos rumos da ação pedagógica consciente por parte de todos.

Recentemente (1997), o Ministério da Educação e do Desporto e Secretaria de Educação Fundamental referendaram, através dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* a importância da construção coletiva e permanente do Projeto Pedagógico pela escola:

"Ao elaborar o seu projeto educativo, a escola discute e explicita de forma clara os valores coletivos assumidos. Delimita suas prioridades, define os resultados desejados e incorpora a auto-avaliação ao trabalho do professor. Assim, organiza-se o

planejamento, reúne-se a equipe de trabalho, provoca-se o estudo e reflexão contínuos, dando sentido às ações cotidianas, reduzindo a improvisação e as condutas estereotipadas e rotineiras que, muitas vezes, são contraditórias com os objetivos educacionais compartilhados.”(MEC,1997, P. 49).

O Projeto Pedagógico que emergirá do “consenso” do coletivo, baseado nos princípios (pontos de partida) educacionais considerados adequados é que permitirá formar o aluno/profissional proposto no perfil delineado, conferir-lhe validade e dar identidade própria à Instituição Escolar.

O Projeto poderá vir a ser um instrumento de transformação se for capaz de aglutinar os envolvidos em sua elaboração em torno de objetivos comuns. Poderá elevar as relações de trabalho na escola e entre os profissionais de ensino a um patamar no qual as discussões, as críticas, os “reclames”, as reuniões ganham a dimensão de ações necessárias a evolução do próprio projeto, das pessoas e da escola, porém, tendo como princípio norteador o compromisso de realizar os objetivos almejados, participativamente. VASCONCELOS (1995) aponta algumas possíveis finalidades para o Projeto tais como:

“aglutinar pessoas em torno de uma causa comum; ser um canal de participação efetiva; dar um referencial de conjunto para a caminhada; ajudar a conquistar e consolidar a autonomia da escola; ser um instrumento de transformação da realidade; colaborar na formação dos participantes. ” (VASCONCELOS,1995, p. 145)

O Projeto Pedagógico poderá ser o recurso metodológico capaz de efetivar o resgate do controle do processo do trabalho pedagógico pelos profissionais por ele responsável. Dizemos poderá, pois estes sujeitos precisarão superar a acomodação e a passividade frente ao seu fazer pedagógico. Também, haverá a

necessidade de encontrar soluções para as dificuldades que poderão surgir ao efetivarem propostas de trabalho pedagógico que enfatizam a organização autônoma e cooperativa por parte dos sujeitos envolvidos, a exemplo do que a literatura atual tem enfatizado ao tratar da construção do Projeto Pedagógico no âmbito educacional.

O trabalho coletivo: importância e (im) possibilidades da ação cooperativa

Quem constrói o Projeto Pedagógico? Neste caso, a resposta é: conjuntamente, cooperativamente, participativamente aglutinando as competências individuais, suas formações específicas num único objetivo.

O Projeto Pedagógico tem como característica - ser a ação intencional e sistemática definida coletivamente. O coletivo pode ser composto pelo diretor, professores, coordenadores e orientadores pedagógicos, especialistas, funcionários, representantes dos pais e alunos com diferentes formações, com qualificações específicas, porém, com interesses no âmbito da educação. A aceitação da diversidade é condição necessária para constituir-se o grupo de trabalho e a conjugação entre projeto pessoal/coletivo.

A participação efetiva do coletivo no Projeto Pedagógico em todas as suas etapas é condição necessária para sua legitimação. A identificação individual e coletiva com o mesmo é que permitirá estabelecer os referenciais para a ação pedagógica ou educativa própria de cada envolvido. Caso contrário, as ações individuais serão concebidas à revelia dos propósitos estabelecidos coletivamente.

O trabalho coletivo cooperativo exigido pelo Projeto Pedagógico, requer investimentos conjuntos. A dificuldade maior, neste caso, parece ser superar a idéia de que não basta haver vários indivíduos agrupados em um espaço e tempo comuns para que um trabalho seja denominado coletivo-cooperativo. Obviamente

que um grupo é composto por indivíduos com projetos pessoais, porém, estes deverão convergir para os objetivos estabelecidos no Projeto Pedagógico coletivo. Considerando que sua elaboração consolida a urgência em delinear objetivos comuns, faz-se necessário superar o individualismo e o autoritarismo arraigados nas relações escolares e, provavelmente, a necessidade de organização para o trabalho pedagógico diferente da praticada até então nos cursos/Instituições Escolares.

A construção do Projeto Pedagógico exigirá a avaliação da atual organização da escola e de seus profissionais para o trabalho pedagógico e a proposição de uma outra organização que viabilize o trabalho a ser empreendido. É, portanto, construção coletiva e permanente, condição que exige comprometimento e competência pessoal nas dimensões técnica, sócio-política e humana da educação. As condutas costumeiramente autoritárias e/ou individualistas precisarão ser superadas, através do respeito às diferenças entre os indivíduos do grupo, da integração dos projetos pessoais com o projeto coletivo comum, da definição das funções dos diferentes profissionais tendo em vista objetivos educativos comuns das várias disciplinas na formação do profissional/aluno proposto no perfil, da definição das ações individuais, da coordenação do trabalho, etc.

O Projeto Pedagógico concebido enquanto trabalho de equipe e coletivo, busca legitimar-se pela participação crítica dos envolvidos, em que as decisões são deliberadas através de um processo democrático, atento ao objetivo geral a que se propõe o curso/Instituição Escolar. Os interesses particulares devem estar subordinados aos coletivos, num exercício constante de reciprocidade e respeito-mútuo. Na verdade, admite-se a impossibilidade do consenso de idéias em favor da negociação da pluralidade de concepções em jogo.

É importante destacar que apesar de o Projeto Pedagógico solicitar a participação de todos os envolvidos, é fundamental que exista a figura de coordenadores. O papel desempenhado pelos coordenadores deve permitir a transparência de todo o processo

de elaboração, execução e avaliação do Projeto Pedagógico. A sua função é a de articular, organizar o coletivo, reavaliando constantemente as prioridades que se fazem presentes durante a caminhada na busca de ações concretas que venham aprimorar o trabalho em andamento e promover a gestão participativa. Para realizar efetivamente esse papel é preciso capacidade de liderança democrática, razoável capacidade de organização de grupos e de exercer e promover ações interativas (SOUZA, 1996).

Para que o Projeto Pedagógico alcance sucesso, além da sensibilização para o trabalho coletivo, os sujeitos envolvidos e os coordenadores serão exigidos nas competências humana, técnica e político-social para que possam liderar, ordenar, organizar as ações que efetivem o processo de sua construção. Além disso, se não houver clareza do que é o Projeto, de qual é a sua finalidade, da necessidade do comprometimento individual, enganos podem ser cometidos, perdendo-se o sentido em executá-lo. A autonomia, a individualidade, a liberdade e a especialização de cada sujeito envolvido devem ser respeitadas e consideradas no Projeto Pedagógico.

Não podemos perder de vista que trabalho coletivo e cooperativo poderá assumir formas singulares segundo as particularidades de cada realidade, sendo condicionado pelas concepções, resistências, dificuldades, familiaridade e disponibilidade que o grupo de sujeitos apresenta para se organizar de tal modo que o Projeto Pedagógico se efetive.

A formalização do Projeto Pedagógico

É obrigatório registrar sistematicamente as reflexões e decisões coletivas. A cada uma das etapas do processo de construção do Projeto Pedagógico é preciso que os responsáveis pela coordenação dos trabalhos o organizem formalmente. A formalização de cada etapa constituir-se-á em um documento, onde estarão registradas as reflexões e as decisões tomadas pelo coletivo e que servirá como recurso ou instrumento orientador do que se fará hoje e do que se quer para o futuro. (ARENA, 1995).

Organizar formalmente o Projeto Pedagógico, significa trazer em seu bojo, o histórico do curso, dados sobre seus professores e alunos, a formulação de uma proposta educacional de formação em consonância com o momento histórico presente, porém voltada para o futuro. A partir da proposta educacional e com base na análise dos dados obtidos através do diagnóstico, serão propostos os elementos de operacionalização compostos pela grade curricular. Poderá estabelecer pressupostos e instrumentos que permitirão aos docentes e demais profissionais acompanhar, avaliar e tomar decisões referentes a reformulação do Projeto Pedagógico que está sendo vivenciado. O processo de avaliação precisa considerar as exigências do cotidiano e equacionar as questões que vão surgindo e que não podem ser postergadas, sob o risco de colocar em perigo o alcance do proposto no Projeto Pedagógico.

O Projeto Pedagógico não pode restringir-se às discussões e reflexões. Esses procedimentos deverão anteceder e oferecer elementos para a tomada de decisão, pois trata-se do plano de ação do coletivo. A coordenação exerce uma função imprescindível neste âmbito, pois tem a tarefa de (co) ordenar as ações do coletivo com o objetivo de registrar os resultados do processo reflexivo e as decisões tomadas, garantir que os encontros para as discussões, análises, reflexões e estudos não se percam no esquecimento, caso não sejam sistematizadas, organizadas e formalizadas com base no referendo do coletivo.

O diagnóstico da realidade escolar

Como estamos, para onde ir, como ir ? O que é fazer diagnóstico ? Qual sua finalidade ? Como fazê-lo? Estas são perguntas que carecem de resposta criteriosa por parte do coletivo.

Como momento anterior e, ao mesmo tempo, integrado à organização formal do Projeto Pedagógico temos pela frente um processo de análise sistemática da situação presente, dos seus condicionantes e determinantes, de trocas de pontos de vista e de registros.

Esse primeiro momento em que o coletivo realizará

reflexões sobre a realidade vivenciada no curso/ Instituição Escolar, sobre as questões teórico-práticas subjacentes ao curso, à estrutura curricular e ao tipo de profissional que se está formando e que se quer formar, é que permitirá compreender concretamente as lacunas, as incoerências, as particularidades e os acertos que o curso, os alunos e seus profissionais estão vivenciando. Isso exigirá a organização de encontros coletivos por áreas e gerais, para que ocorra a participação que gerará propostas de ação, ou seja, as intenções irão tornando-se mais e mais claras e formais, culminando na proposição dos objetivos para o curso e, conseqüentemente, para os planos de ensino de cada professor num momento posterior.

As etapas posteriores ao diagnóstico (perfil, ementas, objetivos, etc.) emergem do processo de sua realização. É uma necessidade do coletivo operacionalizar o que pretende em termos de ação refletida, ou seja, os caminhos já percorridos e os que se propõe percorrer. É a partir do diagnóstico e de sua análise que o grupo estará apto a propor soluções e ações concretas. O coletivo poderá delinear com a máxima clareza “*onde estamos*”, “*onde pretendemos chegar*” e “*o que deveremos fazer*” para conseguirlo de forma participativa

A realização do diagnóstico é a parte do Projeto Pedagógico, por meio do qual os profissionais poderão ser sensibilizados e comprometidos com o processo participativo de transformação do curso/Instituição Escolar. Trata-se de realizar um confronto entre situação vivida e aquela que desejam viver. Essa ação é mais que descrição ou relato e levantamento das dificuldades e necessidades. Ao analisar a situação existente e traçar um julgamento da realidade, o grupo vê-se diante da necessidade de tomar uma decisão : manter como está ou fazer algo em favor da situação existente. O diagnóstico, segundo VASCONCELOS (1995), constitui-se basicamente de :

- *Pesquisa* : levantar dados da instituição utilizando-se de instrumentos adequados para este fim.
- *Análise* : organizar e estudar os dados e conhecer os problemas e necessidades existentes e a razão deles

existirem. Isso permite conhecer o que falta para a Instituição Escolar/Curso conquistar o que deseja.

Ao escrever o diagnóstico, os coordenadores têm material suficiente para co-ordenar o grupo às ações necessárias para construção do Projeto Pedagógico.

O perfil do profissional/aluno que se quer formar

A quem se ensina? Que profissional/aluno pretende-se?

O aluno ou profissional que o curso/Instituição Escolar, pretende formar através da atuação de seus docentes/profissionais, é uma das decisões mais polêmicas e fundamentais que o coletivo precisa tomar em favor da construção do Projeto Pedagógico, pois será com base no perfil delineado que as decisões seguintes serão tomadas, por exemplo, grade curricular, estrutura curricular, etc..

Sendo o perfil uma tomada de decisão mais ampla que o planejamento de ensino (este considera as decisões sistematizadas no Projeto Pedagógico e as operacionaliza segundo as exigências e possibilidades de cada disciplina/área) é necessário que o coletivo possa defini-lo, considerando inicialmente o diagnóstico da realidade escolar. Subjacente a esta definição, haverá a necessidade da explicitação articulada da visão ou conceito de homem, de mundo, de sociedade-cultura, de educação, de escola, de conhecimento, de ensino-aprendizagem, de relação professor-aluno, de metodologia e de avaliação que o grupo tem elaborada. Somente a partir desta fase de definição do perfil, apoiada no diagnóstico da realidade existente poder-se-á pensar em “*para onde ir e como ir ?*.”

Será, então, com base no perfil proposto que a estrutura geral da ação educativa com seus eixos norteadores serão pensados, discutidos e documentados. É a definição do tipo de profissional que se quer formar, para que tipo de sociedade, de vida, de atuação como cidadão, etc. que orientará a escolha criteriosa das experiências educativas e suas exigências ao longo do curso.

Significa que o trabalho, esforço e desempenho de cada profissional deverá convergir para a formação proposta. Todos têm um objetivo comum a perseguir e alcançar, sendo condição "*sine qua non*" o respeito à individualidade e à autonomia quanto às decisões sobre como organizar e desenvolver as atividades referentes à sua disciplina ou função específica.

O coletivo precisará avaliar que o perfil do profissional do século XXI está a exigir redefinição dos papéis assumidos pela educação formal. É necessário repensarmos a escola que temos, diagnosticar os seus problemas, conceber, executar e avaliar mudanças. Idealizar e realizar a sociedade futura requer discutir os rumos da educação para formar o cidadão almejado.

O desenvolvimento científico e tecnológico são elementos que fazem parte da transformação da sociedade atual. A escola como instituição está inserida neste contexto tendo que considerá-lo como elemento estruturante do processo de ensino e aprendizagem.

A nova ordem mundial exige maior grau de escolaridade, conhecimentos de informática, domínio de diferentes linguagens (verbal, corporal, visual etc.), idiomas, cultura geral e cursos de graduação generalistas. Não obstante, não se trata de tecer apologias em favor da escola com a função restrita de fornecer mão de obra para o mercado de trabalho, muito pelo contrário, o objetivo é de compreender a educação tendo em vista a prática social na sua totalidade, através da instrumentalização dos alunos para que possam atuar de maneira crítica e construtiva na sociedade participando das dimensões política, cultural, social e científica do seu tempo.

Em relação as habilidades exigidas atualmente para a formação do profissional destaca-se a importância de distinguir fatos relevantes, estabelecer relações, sintetizar, raciocinar rapidamente, concentrar-se, saber pesquisar, construir hipóteses, resolver problemas, atuar em equipes de trabalho.

Para tanto, é tarefa da escola estabelecer currículos, selecionar conteúdos pertinentes, organizar informações com o objetivo de facilitar o ensino e a aprendizagem significativa. As

atitudes de passividade, dependência, dogmatismo, entre outras. cedem lugar para a criticidade fundamentada em argumentos, criatividade, iniciativa, ousadia, participação, liderança, autonomia, dinamismo, flexibilidade e curiosidade. Atitudes de solidariedade, cooperação, coletividade, dignidade, responsabilidade, respeito as diferenças e ética têm um papel preponderante para a formação do indivíduo. A construção da cidadania consolida-se cada vez mais como objetivo formativo da escola.

Sabemos que a escola atual está longe de cumprir a sua função social plenamente, na medida em que está distante em termos práticos e teóricos do perfil de homem que o mundo contemporâneo está a exigir. Não obstante, pleiteá-la não se trata de utopia, mas de profissionalismo, seriedade e disposição para atualização constante.

Os componentes curriculares

O que é relevante ensinar ?

Por componentes curriculares entende-se a definição de determinadas áreas de conhecimento relevantes em termos científicos e técnicos e a explicitação do seu papel para a formação do profissional proposto no perfil.

As áreas se constituem considerando-se as afinidades segundo o objeto de estudos e a natureza dos conteúdos específicos.

A estrutura curricular

A estrutura curricular e a grade comportam visões de mundo, o recorte das áreas de conhecimento em disciplinas e atividades, a determinação da sequenciação e a carga horária das diferentes disciplinas articuladas com a proposta pedagógica, considerando o nível de ensino, o tipo e o objetivo do curso/ Instituição Escolar.

Também, é necessário explicitar os conteúdos programáticos

nucleares e os complementares das disciplinas, tendo claro as suas articulações interdisciplinares e transdisciplinares fundamentadas em relação às especificidades do curso em questão, bem como às exigências sociais.

São, portanto, componentes do currículo, a explicitação do perfil do profissional/aluno, a proposta pedagógica e a grade curricular voltadas para a formação do mesmo. Elaborar o Projeto Pedagógico não reduz-se a revisão ou proposição e arranjo de uma grade curricular. Este reducionismo indica ausência de clareza acerca do seu verdadeiro sentido e possibilidades, (ALMEIDA, 1995).

Sobre o currículo escolar

Até pouco tempo atrás a definição de currículo limitou-se a uma abordagem restrita de matérias ou disciplinas organizadas em termos lógicos. Recentemente, as discussões acerca do currículo têm sido no sentido de ampliar o seu conceito, ou seja, currículo significa todas as atividades desenvolvidas no cotidiano escolar.

É preciso, pois, atentar para o fato de que há uma diferença entre currículo e grade curricular. A grade curricular

" (...) é o elenco das disciplinas organizadas de acordo com os períodos letivos do curso e acompanhadas da respectiva carga horária. (...) O uso da grade curricular é restrito à administração, ela não representa dados relativos ao ensino (...)" (ALMEIDA, 1995, p.17). Segundo RAPHAEL entende-se " (...) por currículo toda e qualquer atividade intencional no sentido do cumprimento de fins amplos. " (1995, p.55).

Os responsáveis pela construção do Projeto Pedagógico, no que tange à elaboração do currículo, precisam avaliar em primeiro lugar o currículo estabelecido nacionalmente, a fim de

assegurar um referencial comum aos alunos do país, respeitando as peculiaridades locais que eventualmente exijam adaptações. O currículo nacional tem, portanto, um caráter de integração porque estabelece referenciais comuns e um caráter de flexibilidade por estar aberto às “adaptações” necessárias.

É importante ao definir o currículo que irá compor o seu Projeto Pedagógico consultar, também, como referência, as Propostas Curriculares dos Estados e Municípios (MEC, 1997). Mediante a estas consultas, no âmbito do Projeto Pedagógico e, portanto, de acordo com a identidade de cada Instituição Escolar/ Curso e atendendo às necessidades dos alunos e de todos os envolvidos direta e indiretamente no processo de ensino e aprendizagem, é o momento de elaborar coletivamente o currículo observando, como já foi dito, o recorte das áreas de conhecimento em disciplinas e atividades, a determinação da sequenciação e a carga horária das diferentes disciplinas articuladas com a proposta pedagógica.

Em coerência com o currículo da escola, os professores das disciplinas específicas elaborarão o seu Plano de Ensino explicitando os objetivos específicos, conteúdos, metodologias, instrumentos e critérios de avaliação e bibliografia. (MEC, 1997).

Sobre a ementa

Qual a função de determinada disciplina na formação do aluno/profissional ?

Após a seleção articulada e sequenciação das disciplinas passa-se a definir as ementas e, posteriormente, a programação.

A ementa tem a finalidade de definir a função da disciplina em termos da sua contribuição para a formação do profissional/ aluno que se pretende. Para tanto, a pergunta geradora pode ser a seguinte: Qual a finalidade e funcionalidade da disciplina no curso?

Comumente, confunde-se a ementa de uma disciplina com a listagem resumida dos conteúdos a serem desenvolvidos durante o curso. Contudo, a ementa não comporta a listagem resumida

dos conteúdos, mas a explicitação da função da disciplina em contribuição ao perfil do profissional / aluno que se pretende formar.

Após definir as ementas de um curso, é importante estabelecer as possibilidades de relacionamento entre as disciplinas, tendo em vista a interdisciplinaridade e o lugar e papel do ensino, da pesquisa e da extensão, de modo especial, em relação aos cursos universitários formadores de professores.

Sobre os objetivos da educação e do ensino

Para quê e por quê ensinar ? Quais resultados alcançar ?
"(...) os objetivos, (...), servem para direcionar a ação do aluno (...), servem para direcionar a ação do professor e, conseqüentemente, facilitar a aprendizagem do aluno."
(ABREU e MASETTO, 1990, p. 28).

Este elemento do currículo refere-se a finalidade da aprendizagem de conhecimentos, habilidades e atitudes a médio ou a longo prazo considerando as especificidades de cada área e disciplina, o perfil de profissional/aluno que se almeja formar entre outras questões. Os objetivos determinam os resultados que se pretende alcançar em relação a conhecimentos, habilidades e atitudes esperados dos alunos.

Os objetivos delineados no Projeto Pedagógico deverão ser desdobrados nas ações de cada profissional comprometido com sua elaboração e realização. Por isso, a definição dos objetivos precisa ser pensada articuladamente às decisões sobre seleção dos conteúdos de ensino, metodologia de ensino a ser adotada e a avaliação do ensino e aprendizagem. É necessária esta articulação para que os objetivos propostos no Projeto Pedagógico, nos planos de ensino e nos planos de aula constituam-se em desdobramentos realizáveis e coerentes da proposta educativa concebida coletivamente.

A definição clara dos objetivos possibilita a ação autônoma de cada profissional na construção da Instituição Escolar/Curso, na formação do aluno/profissional proposto. Cada profissional, tendo clareza de *"onde se quer chegar"* e *"para onde vamos"*, tem

para si a liberdade de criação e de escolha ao articular meios, técnicas, recursos e métodos que operacionalizem a caminhada rumo aos resultados esperados.

Outro aspecto a ser considerado ao definir objetivos no Projeto Pedagógico é o referencial que os profissionais utilizam e os procedimentos adotados. É comum desconsiderar o diagnóstico e o perfil de profissional/aluno propostos e apresentar uma listagem de verbos desconectados da realidade para a qual estão sendo propostos os objetivos. Este tipo de atitude tende a inviabilizar a seleção dos conteúdos e a proposição e efetivação da metodologia e avaliação de ensino mais apropriadas. Está claro que estas são decisões que sofrem interferências recíprocas.

Os objetivos gerais precisam ser realizáveis e nortear o que o curso/Instituição Escolar pretende conseguir por intermédio da ação de cada profissional. Cada área, disciplina, setor, através de seus profissionais responsáveis deverá especificar os resultados que almeja alcançar.

É preciso, também, distinguir graus de complexidade (gerais e específicos) e os diferentes níveis de objetivos. Os objetivos do Projeto Pedagógico da escola têm como referência os objetivos estabelecidos nas Propostas Curriculares Nacionais, Estaduais e Municipais para os diferentes graus de ensino e deverão ser resultantes do que o coletivo determinou como sendo fundamental para a formação dos alunos daquela Instituição Escolar/Curso em particular. Os objetivos definidos para o Projeto Pedagógico, por sua vez, fornecerão as referências para a formulação dos objetivos para as áreas específicas de conhecimento, como também, para as disciplinas.

Os objetivos determinam a escolha dos conteúdos socialmente relevantes, sendo decisivo para a sua efetivação a articulação coerente entre os pressupostos teóricos assumidos, os conteúdos, metodologia, avaliação e bibliografia.

Sobre os conteúdos de ensino

O que ensinar? O conteúdo representa o que deve ser ensinado, ou seja, as experiências a serem vivenciadas em função

dos objetivos definidos em correspondência ao perfil do profissional/ aluno que se pretende. Compõe-se de conceitos, habilidades e atitudes necessárias a formação dos alunos para que possam compreender e transformar a realidade em que vivem exercendo com plenitude a cidadania.

O conteúdo é definido por um processo racional de escolha, organização e sequenciação do conhecimento sistematizado relevante para a formação do profissional/ aluno considerando o tempo disponível, as experiências, o conhecimento prévio e as possibilidades de aprendizagem dos diferentes alunos.

O processo de escolha e de organização do conteúdo exige um trabalho articulado em que as diferentes disciplinas superem a superposição e repetição de conteúdos. Segundo PASSOS (1995):

" (...) É necessário, a priori, uma mudança de concepção, de postura, de objetivos e da prática dos professores. Supõe, então, um repensar da prática acadêmica, dos seus pressupostos e implicações, das suas possibilidades e seus limites. Um repensar sobre o sentido e a gênese dos conteúdos de cada disciplina, tendo como preocupação o profissional a ser formado, poderá ser o início da caminhada com vistas à integração." (PASSOS,1995, p.61).

O processo de escolha e a seleção dos conteúdos implica, também, num trabalho articulado com as questões formação geral/ especializada, disciplinas isoladas e interdisciplinaridade. Para que as disciplinas sejam articuladas entre si, procurando promover a interdisciplinaridade é preciso assegurar, antes de mais nada, a coerência interna de cada disciplina de acordo com as suas especificidades. Os conteúdos de cada disciplina devem ser revistos "a priori" e regularmente, a fim de que reflitam os aprofundamentos teóricos atuais, resultantes de elaborações acumuladas historicamente pela sociedade. A preocupação com a atualização deve ser constante em função da produção do

conhecimento. O conhecimento além do caráter de provisoriedade em função do momento histórico vivenciado apresenta diferentes graus de complexidade, o que requer aprofundamento dos estudos.

A seleção do conteúdo para determinada disciplina pressupõe “priorizar” o que é relevante em termos de cultura e em saber o que deve ser democratizado em decorrência dos objetivos propostos no curso em questão. Após proceder a seleção dos conteúdos é importante ensiná-los obedecendo a uma sequenciação lógica, correspondente à própria estrutura da matéria, que facilite a aprendizagem significativa dos conceitos e, portanto, a compreensão da realidade pelo aluno.

É, pois, competência do coletivo a seleção e a organização dos conteúdos compreendidos como essenciais à formação do profissional/ aluno delineado no perfil.

Sobre a metodologia de ensino

Como ensinar e como aprender? A pergunta a ser feita e respondida pelo coletivo é: como vamos ?

Há uma tendência em entender a metodologia de ensino como sendo a simples escolha de um método, concebido como passos a seguir. Há, ainda, confusão entre método e técnicas. Não são sinônimos, porém, guardam importante inter-relação entre si ao termos que pensar a operacionalização do processo de ensino e aprendizagem.

Em geral, a prática pedagógica tem resumido-se a uma compilação de métodos e técnicas como se esta escolha fosse neutra. A definição de “*como*” ensinar algo, passa por outros questionamentos, necessariamente anteriores a este, ou seja, “*porquê*”; “*para quem*”; “*quando*”; “*para quê*” ensinar. A escola, costuma centrar sua atenção na melhoria dos procedimentos e das técnicas, desprezando a busca de respostas àquelas questões anteriores. Na verdade, é comum serem elas analisadas como perda de tempo.

O método, geralmente, é compreendido como um caminho

ou procedimento, organizado e racional, capaz de operacionalizar o processo de ensino-aprendizagem em que o docente assume o papel de mediador entre o conhecimento sistematizado e a apropriação deste saber pelos alunos. É considerado como o elemento sistematizador do processo de ensino que viabiliza a assimilação dos conteúdos de forma fácil e produtiva e a conquista dos objetivos almejados de acordo com as capacidades cognitivas, o conhecimento prévio, as experiências e os interesses dos alunos. Para CASTROGIOVANI e GOULART (1990):

“ Método envolve uma concepção de mundo, a visão da sociedade, da ciência, a explicitação de uma posição assumida. Quando não há posicionamento, deixam-se vagos os pressupostos fundamentais e as posturas. A linha metodológica pela qual optamos é a responsável pelo nosso fazer pedagógico diário. Por isso a única postura científica aceitável quanto ao método é a revisão constante das posições. Fica claro, então, que método não é técnica e nem recursos, mas os pressupostos.”
(CASTROGIOVANI e GOULART, 1990, p. 110).

As técnicas, por sua vez, são os componentes operacionais de cada método, sendo estes últimos constituídos pelos recursos audiovisuais, livros didáticos e paradidáticos, etc..

O grupo de profissionais, ao sistematizar um Projeto Pedagógico tem como desafio superar o reducionismo de enfatizar o “*como*”, resumindo-o a escolha de técnicas e métodos como fins em si mesmos. As discussões não podem isolar o conteúdo a ser ensinado da forma, do “*como*” será ensinado. É fundamental assegurar o entendimento de um conceito mais abrangente de conteúdo e forma.

O conteúdo e forma se inter-relacionam, pois “*o como*” o professor vai ensinar relaciona-se a uma função social específica do processo de ensino e de aprendizagem, fundamentando-se numa concepção de homem, de educação e de sociedade que demonstra uma opção pela conservação ou transformação do “*status quo*”.

É importante compreender que tanto o método como o conteúdo articulam-se a uma finalidade social ampla: construir o perfil do profissional/aluno delineado. Não há, pois, como pensar conteúdo e forma separadamente. Isso significa compreender que o conteúdo influencia sobremaneira a escolha do método. Todo conteúdo de ensino tem uma forma e esta corresponde a um conteúdo específico, sem contudo, caracterizar uma relação linear.

Portanto, a escolha metodológica comporta decisões quanto à forma, conteúdo e técnicas que permitem ao professor planejar e ordenar o processo educativo de modo que haja seqüência lógica, contextualização e apreensão dos conteúdos, significativamente, de maneira a potencializar a aprendizagem.

A escolha metodológica não é, pois, uma opção neutra. Subjacente aos recursos materiais, à tecnologia, às técnicas ou ao método escolhido existe uma visão de homem, de mundo e de sociedade de quem faz a opção.

Não há receituário para o exercício das atividades docentes. A cada ação definida há a necessidade de exercer o ato consciente sobre a finalidade (para quê?) do que se praticará. Para isso, o instrumento básico é o mecanismo ação-reflexão-ação (forma metodológica: planejamento, execução e avaliação) que permite formular de maneira criteriosa os meios para se atingir os fins desejados (LUCKESI,1994). Cada profissional deverá construir o seu caminho tendo como parâmetros de sua ação os objetivos, o profissional a ser formado e as condições de trabalho sob as quais atua. Os modos de ação não são dados, o que não significa que devem ser improvisados, baseados no espontaneísmo, mas criteriosamente elaborados dentro do contexto de trabalho.

Proceder a uma escolha metodológica significa identificar as ações que competem aos docentes e aos discentes no decorrer do processo de ensino e aprendizagem para que os conhecimentos, atitudes e habilidades sejam concretamente ensinados e apreendidos.

Sobre a avaliação

Para onde e como estamos indo ?

Ocorre grande confusão entre os conceitos de verificar e o de avaliar. O primeiro é estático e restringe-se ao conhecimento se um padrão foi alcançado ou não, o segundo é um processo dinâmico que conduz à tomada de decisão, à ação. A avaliação comporta a verificação, sendo esta a sua primeira tarefa, porém, não se limita a ela. (LUCKESI,1990)

A avaliação, ao contrário da mera verificação de resultados, é fundamental para o processo de repensar a ação passada e presente, subsidiando a ação futura, com objetivos de transformação e aprimoramento.

A avaliação assim vista baseia-se o mecanismo de ação-reflexão-ação, não dicotomizando a educação da avaliação. É imprescindível destacar que a avaliação é um elemento que permeia todo o processo pedagógico, ou seja, está presente em todas as fases do processo: antes e durante a elaboração, no momento de execução e ao realizar a apreciação qualitativa dos resultados aferidos.

A avaliação global do projeto pedagógico deve ocorrer sistematicamente com a periodicidade definida pelo grupo de profissionais como desejável à dinâmica do cotidiano escolar e, segundo VALE (1995) pressupõe:

- " . *A avaliação do currículo e funcionamento*
- . *A avaliação do corpo docente*
- . *A avaliação dos propósitos do projeto*
- . *A avaliação dos conteúdos e sua pertinência*
- . *A avaliação dos alunos*
- . *A avaliação dos instrumentos avaliatórios*
- . *A avaliação da deficiência interno do curso*
- . *A avaliação da eficiência externa do curso*
- . *A avaliação da coordenação do curso". (VALE,1995, p. 09)*

Para avaliar os alunos, é fundamental estabelecer as expectativas de aprendizagem em função dos objetivos e conteúdos pretendidos em termos de resultados a serem alcançados e explicitar os critérios de avaliação, " *a priori*", submetendo-os ao conhecimento e sugestões por parte dos alunos. Segundo LUCKESI (1990), faz-se necessário, também, estabelecer o mínimo de conhecimentos, atitudes e habilidades almejados em cada disciplina e os procedimentos de avaliação (instrumentos, técnicas, métodos) a serem utilizados no decorrer do processo de ensino e aprendizagem. É interessante ainda, que sejam utilizados vários instrumentos de avaliação de acordo com a natureza dos conteúdos e das informações desejadas.

A avaliação do aluno precisa perder a conotação de medo e autoritarismo, pois compromete a construção da autonomia moral e intelectual do aluno. Na realidade, a avaliação deve buscar diagnosticar os erros, a fim de oferecer subsídios à reformulação do processo de ensino e aprendizagem, redimensionando, assim, a função da correção de tarefas dos alunos pelo professor com o objetivo de que o aluno aprenda o que lhe foi ensinado. Os resultados da avaliação são fundamentais tanto para o aluno rever as suas dificuldades de aprendizagem como para o docente refletir sobre a sua prática educativa considerando que o processo de ensinar deve possibilitar aos alunos condições efetivas para aprendizagens significativas.

A avaliação do Projeto Pedagógico é fundamental para que os profissionais percebam o que está sendo construído, os resultados alcançados e o que falta realizar.

Sobre a bibliografia

O que ler antes, durante e depois do projeto construído ?

É fundamental para qualquer projeto a definição de uma bibliografia básica e, também, complementar considerando as exigências de elaboração próprias do Projeto Pedagógico e as particularidades da Instituição Escolar/Curso e dos sujeitos responsáveis por sua construção.

É relevante que a bibliografia selecionada seja diversificada e composta de livros, revistas, periódicos, jornais, dissertações, teses para garantir proximidade com os avanços científicos, tecnológicos e culturais. Além disto, é indiscutível que tenha coerência com os pressupostos filosóficos, psicológicos, antropológicos e pedagógicos assumidos pelos envolvidos na construção do Projeto Pedagógico.

Projeto Pedagógico, plano de ensino e plano de aula: especificidades e inter-relações necessárias

No Brasil, nos anos setenta, o “saber planejar” foi muito enfatizado, influenciado pela abordagem tecnicista da educação. O documento como um fim em si mesmo passou a ter mais importância do que o “saber fazer”, ou seja, a ação educativa (RAPHAEL,1995).

Na realidade, a preocupação central do processo educacional desviou o foco da questão da unidade - “saber” - “saber fazer” - “saber ser” - enfatizando o “saber planejar”. O “saber planejar” e o “saber fazer” não mais caminhavam juntos.

O Projeto Pedagógico diferencia-se em muito dos planejamentos da década de setenta. Resume em si as decisões sobre “o que se quer”, “para onde”, “como” e “porquê ir”, relativas às concepções de um grupo de profissionais que pretende construir um curso/instituição que forme o profissional/aluno capaz de viver e atuar em seu tempo.

O Plano de Ensino, por sua vez, é a proposta de trabalho feita pelo professor para um ano ou semestre. Ele comporta objetivos, conteúdos, metodologia de ensino e avaliação e tem como razão de ser orientar o ensino sistemático e intencional por parte do professor responsável por cada disciplina.

As decisões que cada professor toma no momento de conceber e “redigir” seu Plano de Ensino, relacionam-se (ou deveriam) ao que está delineado no Projeto Pedagógico. Esta atitude poderá tornar-se realidade se o Projeto Pedagógico foi

elaborado participativamente. Caso contrário, mantêm-se a mesma concepção e práticas de planejamento dos anos setenta.

O Plano de Aula constitui-se na proposta de desenvolvimento do conteúdo para uma aula ou várias delas e se relaciona ao Plano de Ensino do professor (LIBÂNEO, 1995), (anual; bimestral ou semestral) e ao Projeto Pedagógico. É a operacionalização cotidiana por cada professor do que o coletivo propôs como objetivo do Projeto Pedagógico, tendo em vista o profissional/aluno que almeja formar.

É, pois, a partir das definições registradas no Projeto Pedagógico que cada professor concebe e organiza o seu plano de ensino, de modo que a sua disciplina contribua para o alcance dos objetivos propostos e subsidie suas aulas cotidianamente

O docente ao elaborar o plano de ensino da sua disciplina, além do domínio do conhecimento específico da sua área, deve estar atento à seleção, organização e sequenciação dos conteúdos a serem ministrados, aos objetivos a serem alcançados, à metodologia de ensino e para com o processo de avaliação em todos seus desdobramentos, a fim de que expressem coerência com o objetivo geral do curso. Trata-se, portanto, de definir em que medida a disciplina em questão pode contribuir para a formação do profissional/aluno que se deseja. Para que o professor exerça uma atuação intencional, contínua e sistematizada em suas aulas pode lançar mão do planejar ou programar-se, decidindo diariamente o rumo do seu trabalho, tendo como elemento organizador o Plano de Aula.

Embora o plano de ensino e o plano de aula sejam resultantes do trabalho individual do docente, isto não significa que não sejam necessários momentos coletivos para compartilhar sua elaboração, execução e avaliação, com o objetivo de enriquecer a prática pedagógica. As sugestões dos colegas podem trazer contribuições sobre bibliografia, metodologia, conteúdo, avaliação, relação professor-aluno, etc. Estes encontros podem servir para evitar a repetição desnecessária de conteúdos em diferentes disciplinas e/ou anos escolares e mesmo para melhorar a qualidade do curso

através de propostas interdisciplinares que propiciem aprendizagens significativas.

A inter-relação entre Projeto Pedagógico, o Plano de Ensino, o Plano de Aula do professor e a especificidade de cada um destes desdobramentos da organização para o trabalho pedagógico na escola, constitui-se no elemento básico para a construção da unidade na ação educativa dos profissionais que elaboram e operacionalizam o Projeto Pedagógico. A argumentação anterior não diz respeito apenas aos docentes, embora, tenhamos focado mais este profissional. Todos os profissionais, considerando as necessidades, relevâncias e especificidades de sua função e área de atuação profissional no curso/Instituição Escolar, precisam atentar para esta questão para que não se perca de vista “aonde” o grupo de profissionais pretende chegar.

Considerações

Considerando a importância de sugerir possibilidades de formalizar e operacionalizar a construção do Projeto Pedagógico, apresentaremos uma seqüência para a estruturação de suas partes constituintes sem, contudo, dogmatizá-la. Cada Instituição *Escolar/ Curso* deverá avaliar e optar pela seqüência e estruturação mais viáveis:

- **INTRODUÇÃO**: *fazer a contextualização histórico-social da unidade/Instituição Escolar/Curso, considerando o contexto educacional. Aqui será expresso, também, o sentido do trabalho e as perspectivas para a caminhada.*

- **DIAGNÓSTICO**: apresentar o julgamento da realidade e as necessidades a serem satisfeitas com o trabalho, segundo uma visão de totalidade e com base no levantamento de dados da instituição e na análise rigorosa destes.

- **PROGRAMAÇÃO**: considerando as necessidades apontadas pelo diagnóstico é o momento de definir as ações a serem executadas a curto, médio e longo prazo.

- DEFINIR O PERFIL DE ALUNO/PROFISSIONAL QUE QUEREMOS FORMAR: considerando o diagnóstico, a programação e as considerações feitas páginas atrás, é preciso definir que tipo de aluno/profissional, se quer construir com o trabalho que será proposto, inclusive o tipo de escola e de sociedade pretendidos.

- DEFINIR O REFERENCIAL TEÓRICO QUE ORIENTARÁ AS AÇÕES: qual a explicação (fundamentos teóricos) de como o aluno aprende, pensa e se desenvolve será assumida, considerando o perfil delineado, o tipo de escola e de sociedade propostos. Será de grande utilidade e relevância observar criticamente para as diretrizes dadas pela nova L.D.B./96 e pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (MEC,1997).

- MARCO CURRICULAR: Será orientado pelos itens anteriores. Significa definir os pressupostos conceituais que orientarão a compreensão dos fenômenos envolvidos nas relações de ensino-aprendizagem e que permitem aos profissionais observar sua prática pedagógica. Aqui será preciso: a) dizer em quais pressupostos sobre seres humanos basear-se-á a educação a ser proposta, ou seja, é preciso fazer a opção pela concepção de homem que norteará as decisões curriculares (=nível antropológico); b) é preciso escolher o rumo filosófico que orientará o trabalho com alunos e adultos (=nível filosófico), pois este está implicado em qualquer procedimento pedagógico e escolha metodológica para ensinar os temas específicos de qualquer nível educacional; c) é preciso delinear como a o ser humano constrói conhecimento, como funciona a inteligência humana e as relações entre o que é ensinado e o que é aprendido através da escolha de teorias que se articulem coerentemente nesta explicação (= nível psicológico) e d) é preciso definir a função educativa da escola segundo a especificidade de cada nível de ensino e explicitar como deve organizar-se didática e metodologicamente (conhecimentos, conteúdos, áreas, aspectos etc.) a educação considerando esta definição e os 3 níveis anteriores.

- DEFINIR OS OBJETIVOS GERAIS : considerando o que foi definido nas partes anteriores, é preciso estabelecer os

objetivos educacionais amplos, formalizando-os em termos de resultados esperados.

- DEFINIR OS OBJETIVOS ESPECIFICOS : considerando o que foi definido como objetivos gerais, será necessário desdobrá-los, delineando com a máxima clareza os objetivos específicos da ação educativa, formalizando-os em termos de resultados esperados.

- ORGANIZAR A PROPOSTA CURRICULAR: é o momento de propor e organizar a proposta pedagógica, a grade curricular, as atividades curriculares complementares, as atividades interdisciplinares, etc. tendo em vista o perfil, os objetivos e conteúdos de ensino, áreas do conhecimento e aspectos da aprendizagem e desenvolvimento da faixa etária dos alunos.

- METODOLOGIA DE ENSINO: é o momento de definir as diretrizes da metodologia. Esta deverá ser capaz de operacionalizar a ação educativa delineada nas partes anteriores. É relevante avaliar as características dos conteúdos e da aprendizagem da faixa etária dos alunos, como também, as possibilidades e necessidades dos profissionais, sem perder de vista as considerações realizadas páginas atrás.

- AVALIAÇÃO: é preciso definir a concepção de avaliação que será assumida segundo as decisões anteriores. Em seguida, tecer diretrizes para a avaliação do aluno, dos profissionais do curso/Instituição Escolar e para a avaliação de conjunto do projeto pedagógico visando sua continuidade e reelaboração.

- PROPOSTA DE FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS EM SERVIÇO: definir papéis e funções dos responsáveis pela orientação e formação em serviço e de cada profissional considerando as decisões anteriores. Propor uma estrutura e metodologia de formação em serviço e de organização para o trabalho pedagógico capaz de dar sustentação à execução das ações propostas no Projeto Pedagógico.

- OUTROS: a necessidade de proposição das diretrizes para trabalho com famílias, comunidade e questões específicas como do espaço físico, recursos materiais etc. deverão ser avaliadas pelos envolvidos no Projeto Pedagógico.

- BIBLIOGRAFIA: citar/propor as referências bibliográficas orientadoras do processo de concepção, execução e avaliação do projeto e/ou que orientará a continuidade do Projeto Pedagógico..

O Projeto Pedagógico não traz em seu texto descritas as atividades diárias que serão realizadas por cada profissional, mas as diretrizes e orientações para que estas sejam operacionalizadas. As atividades e afins são definidas no planejamentos de ensino e planos de aula ou projetos que os profissionais organizam tendo o Projeto Pedagógico como referencial.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Célia M. de, MASETTO, Marcos T. **O professor universitário em aula.** 8ª ed, São Paulo: MG Ed. Associados, 1990.
- ALMEIDA, Ana M. F. de P. M. de. O significado do Projeto Pedagógico. In: Circuito Prograd, 3., 1995. São Paulo. **ANAIS do III Circuito PROGRAD. "O projeto pedagógico de seu curso está sendo construído por você ?"** São Paulo: UNESP, 1995. p. 69-74.
- ALMEIDA, José L. V. de. O projeto pedagógico: uma tarefa coletiva. In: Circuito PROGRAD, 3., 1995, São Paulo. . **ANAIS do III Circuito PROGRAD "O projeto pedagógico de seu curso está sendo construído por você ?"** São Paulo: UNESP, 1995. p. 11-19.
- ARENA, Dagoberto Buim. Ensino: A bola da vez. In: Circuito Prograd, 3., 1995. São Paulo. **ANAIS do III Circuito PROGRAD. "O projeto pedagógico de seu curso está sendo construído por você ?"** São Paulo: UNESP, 1995. p. 96-101.
- AUSUBEL, D. P. et al. **Psicologia educacional.** Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília, DF: MEC, 1997. V.1.

- CASTROGIOVANNI, Antônio C., GOULART, Lúgia B. Uma Contribuição à Reflexão do Ensino de Geografia: A Noção de Espacialidade e o Estudo da Natureza. In: MENDES, C. et al. Geografia: Pesquisa e Prática Social. São Paulo: Marco Zero, 1990. p.110.
- FUSARI, José C. O Projeto Pedagógico nos cursos de graduação. In: Circuito Prograd, 3., 1995. São Paulo. **ANAIS do III Circuito PROGRAD. “O projeto pedagógico de seu curso está sendo construído por você ?”** São Paulo: UNESP, 1995. p. 102-7.
- LIBÂNEO, J. Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1990.
- LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. LEI nº. 9394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 1996.
- LUCKESI, Cipriano C. Verificação ou Avaliação. O que Pratica a Escola ? In: A construção do projeto de ensino e avaliação. Idéias, São Paulo, n.8, 1990. p. 71-80.
- MARIN, Alda J. Projeto Pedagógico: um elemento estratégico para política de Educação. In: Circuito Prograd, 3., 1995. São Paulo. **ANAIS do III Circuito PROGRAD. “O projeto pedagógico de seu curso está sendo construído por você ?”** São Paulo: UNESP, 1995. p.75-83.
- NASCIMENTO, A. O funil estreitou: as habilidades tradicionais já não bastam para arranjar emprego na economia reformadas. Veja, São Paulo, 1996. p. 116-22.
- PASSOS, Laurizete F. O Projeto Pedagógico: uma socialização pessoal e interativa, nunca pronta e acabada. In: Circuito Prograd, 3., 1995. São Paulo. **ANAIS do III Circuito PROGRAD. “O projeto pedagógico de seu curso está sendo construído por você ?”** São Paulo: UNESP, 1995. p. 58-64.
- PIMENTA, Selma G. A construção do projeto pedagógico na escola de 1º grau. Idéias, São Paulo, n. 08, 1990. p. 17-24.
- RAPHAEL, Hélia S. Projeto Pedagógico: uma construção do futuro. In: Circuito Prograd, 3., 1995. São Paulo. **ANAIS do**

- III Circuito PROGRAD. "O projeto pedagógico de seu curso está sendo construído por você ?"** São Paulo: UNESP, 1995. p. 50-7.
- RIOS, Terezinha A. Significado e Pressupostos do Projeto Pedagógico. *Idéias*, São Paulo, nº15, 1992. p. 73-7.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Escola e proposta educacional: currículo e avaliação.** São Paulo: CENP, 1992. 55p.
- SOUZA, Ana Maria Costa de. **EDUCAÇÃO INFANTIL:** uma proposta de gestão municipal. São Paulo: Papirus, 1996.
- VALE, José M. F. do. Projeto Pedagógico como projeto coletivo. In: *Circuito Prograd*, 3., 1995. São Paulo. **ANAIS do III Circuito PROGRAD. "O projeto pedagógico de seu curso está sendo construído por você ?"** São Paulo: UNESP, 1995. P. 2-10.
- VASCONCELOS, C. dos S. **Planejamento : plano de ensino-aprendizagem - elementos metodológicos para elaboração e realização.** São Paulo: Libertad, 1995.
- VESENTINI, J.W. **O ensino de geografia no final do século XX.** São Paulo: Ática, 1996.